



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100
- www.crea-rs.org.br

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 2024.000011342-6

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS PARA FINS DE CONSULTA A DADOS CADASTRAIS COM INFORMAÇÕES DE CPF E CNPJ, DENTRE OUTROS, PARA O CREA-RS

Setor Requisitante: SLOG/GFIS

Porto Alegre, 11/10/2024

Nome do Projeto / Solução: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS PARA FINS DE CONSULTA A DADOS CADASTRAIS COM INFORMAÇÕES DE CPF E CNPJ, DENTRE OUTROS, PARA O CREA-RS**

Setor Requisitante: SLOG/GFIS

[Porto Alegre, 11/10/2024]

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP – tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de compra/serviço.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar é conceituado como o “*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*” (art. 6º, alínea XX).

Como regra, é documento obrigatório, conforme determinado pela Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), que dispõe a respeito no Capítulo II da Lei (Da Fase Preparatória):

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual – PCA – de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da

contratação, e conterá os seguintes elementos:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - requisitos da contratação;
- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
- XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

O Estudo Técnico Preliminar é previsto, inclusive, para os processos de contratação direta, de dispensa e inexigibilidade:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

[...]

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART. 18, §1º, INCISO I DA LEI Nº 14.133/2021)

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul – CREA-RS, é entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades profissionais dotada de personalidade jurídica de direito público, constituindo serviço público federal, vinculada ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea O CREA-RS com sede e foro na cidade de Porto Alegre e jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul, instituída pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, na forma estabelecida pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantida pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para exercer papel institucional de primeira e segunda instâncias no âmbito de sua jurisdição.

É o órgão de fiscalização, controle, orientação e aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, de nível superior, no território de sua jurisdição. (artigos 1º e 2º do Regimento).

O CREA-RS, como administração, possui organização própria para atender os objetivos da Lei e regimentos:

- Garantir à sociedade que somente profissionais tecnicamente habilitados sejam responsáveis por serviços e/ou obras;
- Registrar profissionais e empresas da área tecnológica;
- Fiscalizar o exercício profissional em defesa da comunidade.

Para tanto, com o propósito de atingir tais objetivos a legislação lhe concedeu atribuições:

- Autorizar a atuação da empresa ou do profissional, através do seu registro;
- Manter o Acervo Técnico do profissional, com registro de todas as suas obras/serviços;
- Exigir da sociedade que somente profissionais tecnicamente habilitados sejam responsáveis por obras/serviços da área tecnológica;
- Registrar a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - documento que especifica as responsabilidades do profissional quanto aos serviços/obras executados.

Às atribuições concedidas pela legislação com os fins de cumprimento de todos os objetivos da Autarquia, há diversos atos administrativos, dentre eles, notificações, autuações e ofícios, todos esses para pessoas físicas e jurídicas. São medidas administrativas que o Conselho possui no intuito de viabilizar o cumprimento da norma.

O CREA-RS possui organograma de organização administrativa composto por Setores, Núcleos e Gerências, dentre eles, citamos o SETOR DE LOGÍSTICA (SLOG), GERÊNCIA JURÍDICA, NÚCLEO DE PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO (NPRF), COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA PROFISSIONAL, SETOR DE CONTAS A PAGAR, NÚCLEO DE CONTRATOS E LIQUIDAÇÕES. Essas estruturas organizacionais vêm utilizando a pesquisa de dados cadastrais de pessoa jurídica (CNPJ) e pessoa física (CPF) para identificação e/ou localização de endereços para fins de notificações e autuações administrativas. Essa busca é essencial para diversos atos administrativos (notificações, autuações, correspondências, intimações, etc),

proporcionando eficiência desses atos, por exemplo, em identificar o endereço de um ente (denunciante ou denunciado; empresa ou profissional) de forma precisa e atual.

NÚCLEO EXECUTIVO DAS CÂMARAS - OFICIALIZAR os atos de Câmara e Plenários junto às partes envolvidas em processos administrativos, com citação/intimação via **postal**.

SLOG - pesquisar profissionais e leigos para os agentes fiscais identificarem endereços, telefones e parentes próximos para fins de notificações e autuações. Para a instrução dos processos de fiscalização é imprescindível a identificação corretamente das pessoas (físicas e/ou jurídicas) fiscalizadas e/ou autuadas. Para a correta instrução, fundamentada nas Resoluções CONFEA nº 1.008, de 2004 e 1.047 de 2013 , exige que o relatório de fiscalização e demais termos ('TRDP' e auto de infração) contenham os dados completos do fiscalizado (CPF ou CNPJ, endereço, nome completo, dentre outros).

A ausência de tais dados inviabiliza o prosseguimento dos processos de auto de infração e a consequente redução da eficácia da ação fiscalizatória do CREA-RS.

Vale ressaltar a importância de tais dados, pois a ausência do número do CPF ou do CNPJ, conforme caso, impede a inscrição do devedor na dívida ativa e a execução fiscal do infrator.

A **COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA PROFISSIONAL** precisa de sistema de pesquisa de dados cadastrais (PJ e PF) para a localização de profissionais e leigos (denunciados e denunciantes) endereços e telefones.

O **NÚCLEO EXECUTIVO DAS CÂMARAS (NEXC)** precisa de acesso à pesquisa de dados (PJ e PF) , para auxiliar às atividades deste Núcleo e Setor subordinado, haja vista que as unidades NEXC e SCOE detém a competência de **OFICIALIZAR** os atos de Câmara e Plenários junto às partes envolvidas em processos administrativos, com citação/intimação via postal.

A **PROCURADORIA JURÍDICA FISCAL** organiza e movimenta as demandas judiciais do contencioso, através da Execução Fiscal em juízo, recuperando os créditos que, por diversas razões, não foram adimplidos voluntariamente. A busca pela efetividade na recuperação de créditos não quitados espontaneamente destaca-se como um dos principais propósitos deste setor. E a efetividade é largamente ampliada pelo acesso a informações cadastrais que permitam a localização dos sujeitos do processo, havendo consequentemente maior chance do cumprimento de ordens judiciais de bloqueio de bens e restrição de veículos.

Os **NÚCLEOS** da **GERÊNCIA ADMINISTRATIVA**, dentre eles o **NÚCLEO DE CONTRATOS E LIQUIDAÇÕES**, utiliza a pesquisa para fins de identificação de dados atualizados dos contratados.

Os setores vinculados a **GERÊNCIA CONTÁBEIL E FINANCEIRA**, como o de **CONTAS A PAGAR** utiliza o serviço de pesquisa, especialmente para CPF, pois desde que a RFB (RECEITA FEDERAL DO BRASIL) passou a solicitar a data de nascimento para a confirmação do CPF, não conseguimos mais fazer a confirmação do nome vinculado através da consulta pública. É preciso ter certeza do CPF e do nome vinculado de forma correta para efetuar os pagamentos sem erros.

A contratação do acesso à base de dados pretendida será um instrumento de grande auxílio na identificação e localização correta de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas.

Enfim, são inúmeras às demandas administrativas que o Conselho possui com a necessidade de, para o cumprimento delas, obterem informações atualizadas de dados cadastrais das partes envolvidas nesses atos.

Para a instrução dos processos de fiscalização é imprescindível a identificação corretamente das pessoas (físicas e/ou jurídicas) fiscalizadas e/ou autuadas. Para a correta instrução, fundamentada nas Resoluções CONFEA nº 1.008, de 2004 e 1.047 de 2013 , exige que o relatório de fiscalização e demais termos ('TRDP' e auto de infração) contenham os dados completos do fiscalizado (CPF ou CNPJ, endereço, nome completo, dentre outros).

Sem a obtenção desses dados cadastrais atualizados, a resposta ou cumprimento do ato administrativo tende a elevar os custos do processo e o tempo de conclusão do mesmo, resultando, assim, numa perda da eficiência e eficácia dos atos.

A busca dessas informações (dados cadastrais) sem uma empresa que forneça um sistema específico e atualizado, ocorreria por meio de pesquisas pela internet (google, microsoft, etc).

Atualmente, o Conselho vem utilizando o serviço de pesquisa de dados cadastrais da empresa **PREVINITY SOLUÇÕES INTELIGENTES EM INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 07.166.940/0001-02, conforme processo SEI 2019.000003819-0.

Esse contrato, que teve início em 2019, se encerra em 2024.

Até o presente momento (agosto/2024) foram gastos R\$ 25.342,73 (vinte e cinco mil trezentos e quarenta e dois reais e setenta e três centavos)

Identificação das necessidades de negócio	
1	Busca de dados (CNPJ ou CPF), por meio de empresa privada, para subsidiar atos administrativos (notificações, intimações, autuações, correspondências) para diversas Gerências, Setores e Núcleos do Conselho
2	pesquisar no site/internet: google, microsoft, etc
3	pesquisar, de forma gratuita, em site de empresa privada.

Identificação das necessidades tecnológicas	
1	banco de dados atualizado; site e provedor; senha de usuário;
2	Internet, pesquisa em site e/ou provedor
3	internet, pesquisa em sita e/ou provedor

A '**SOLUÇÃO 2'**, não apresenta custos para a administração, porém, carece de segurança quanto a veracidade ou atualidade das informações/dados. A escolha dessa SOLUÇÃO poderia acarretar danos irreparáveis à Administração como, por exemplo, na perda de prazos processuais, na nulidade de autuações fiscalizatórias sem a devida identificação, etc.

A '**SOLUÇÃO 3'** tem como resultado das pesquisas somente o 'status' cadastral: ATIVO ou INATIVO, conforme mostra o documento (2336073). Essa solução não atende às necessidades do Conselho pois mostra-se insuficiente. O Conselho precisa é de informações/dados completos que possam resultar numa correta e eficiente demanda administrativa (notificação, autuação, correspondência, etc).

Logo, as SOLUÇÕES 2 e 3 não serão consideradas para fins de análise ao presente ETP.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021)

A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS PARA FINS DE CONSULTA A DADOS CADASTRAIS COM INFORMAÇÕES DE CPF E CNPJ, DENTRE OUTROS, PARA O CREA-RS** está dentro do planejamento orçamentário anual da Gerência de Fiscalização, previsto conforme Processo SEI nº 2023.000010747-0 e orçamento aprovado conforme Processo SEI nº 2023.000010745-3, com disponibilidade orçamentária.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO III DA LEI Nº 14.133/2021)

1) Quais são os requisitos necessários ao atendimento da necessidade?

A prestação de serviço deverá ser via internet, de forma continuada e oferecer resultados de localização de dados de Pessoa Física e Jurídica:

A) PESSOA FÍSICA (CPF):

- a) qualificação completa;
- b) endereço e histórico endereço
- c) telefone
- d) telefone (com informação de uso de aplicativo WhatsApp)
- e) e-mail
- f) vínculos;
- g) Participação societária;
- h) dados de óbito;

B) PESSOA JURÍDICA (CNPJ)

- a) qualificação completa;
- b) endereço;
- c) telefone;
- d) telefone (com informação de uso aplicativo WhatsApp);
- e) e-mail;
- f) ramo da atividade;
- g) quadro societário;
- h) quadro societário;
- i) capital social;
- j) tipo e situação de suas filiais.

2) Quais são os padrões mínimos de qualidade relativos ao objeto?

- A empresa deve fornecer acesso ao sistema de pesquisa, via internet;
- Possuir relatório dos dados para fins de comprovação dos serviços prestados;
- O prestador do serviço deve disponibilizar suporte técnico ao CREA-RS e **atualização do banco de dados em tempo real**;
- O serviço de consulta de dados deverá ser oferecido sem interrupção, disponível todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados (nacional, estadual e municipal), 24hs por dia.
- O sistema deverá viabilizar a pesquisa através de múltiplas chaves de consulta, isoladas ou combinadas, que permite a busca de dados cadastrais.
- Quantidade de logins (acessos): no mínimo 12 (doze) logins.
- Manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes;
- Os diversos Setores ou Gerências do Conselho necessitam que os dados sejam precisos para fins de atendimentos das diversas demandas, por exemplo: notificações, autuações, ofícios, etc;
- Quando o dados/consultas são imprecisos há perda de eficiência da Administração Pública em seus atos, resultando, com isso, em sua baixa qualidade, inclusive, na possível perda de prazos processuais quando do endereçamento incorreto ou identificação imprecisa de uma Pessoa (PF ou PJ);
- Observar e cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 - LGPD- que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou pessoal jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre

desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, devendo adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CREA-RS.

3) Por quanto tempo a solução deverá ficar disponível à Administração (informação que influenciará na duração do contrato?)

A solução deverá ficar disponível enquanto durar o contrato e suas renovações, conforme disposto na Lei 14.133/2022.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHES DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART. 18, §1º, INCISO IV DA LEI Nº 14.133/2021)

1. O histórico de utilização desse serviço pelo Conselho com base no contrato anterior:

ano	2019*	2020	2021	2022	2023	2024**	total
consultas	554	1157	1995	995	1337	477	6515
PF	48	322	500	400	570	147	643
PJ	506	835	1495	595	767	330	1759

* contrato iniciado em 10/2019
** dados referentes até 08/2024.

2. Média de utilização/gastos anuais, tendo como base o período de 2020 a 2023, períodos onde ocorreram o exercício completo de 1 ano contratual:

ano	2020	2021	2022	2023	TOTAL	Média ano	Média mês
consultas	1157	1995	995	1337	5484	1371	114
PF	322	500	400	570	1792	448	37
PJ	835	1495	595	767	3692	923	77

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

Quantidade anual: são estimados 1650 consultas (o que equivale a 138 consultas/mês). Para essa estimativa de consultas, foi acrescida em 20%, em comparação com a média dos anos 2020 a 2023.

Justifica-se esse acréscimo por estimativas de crescimento de demandas administrativas que o Conselho poderá ser submetido em decorrência de todo o processo de reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul após as enchentes de 2024. O Estado do RS passará, a partir do segundo semestre de 2024, por inúmeras obras ou serviços de engenharia para sua reconstrução. Logo, haverá o aumento das demandas por parte do Conselho para o cumprimento de sua missão: Fiscalizar o exercício e atividades profissionais das engenharias, agronomia e geociências para proteger a sociedade do exercício ilegal dessas profissões.

Um outro fator que justifica o aumento da estimativa de consulta de dados, por parte do Conselho, está nos estudos de novos contratados (funcionários) via processo seletivo público (concurso público). Com o aumento de funcionários, estima-se também o aumento das demandas administrativas.

	TOTAL	Média ano	Acréscimo 20%	Média mensal
consultas	5484	1371	1645	137
PF	1792	448	455	38
PJ	3692	923	938	78

Quantitativos com arredondamento, conforme tabela abaixo:

	Total arredondamento	Média mensal
consultas	1650	137
PF	543	45
PJ	1107	92

Ainda que se acresça 20% consoante indicado pela área técnica solicitante da contratação, ter-se-á um total estimado de 1645 consultas anuais, o que se sugere seja arredondado para 1650 consultas/ano. Salienta-se, por oportuno, que, em que pese se trate meramente de valor referencial, a estimativa do número de consultas anual é relevante por servir de referência de escala para o interessado na licitação, evitando que, futuramente, sobrevenham cobranças de que o número realizado está muito aquém do prognóstico, com a consequente alegação de prejuízo à Contratada, que, por vezes acaba por culminar em pedidos de reequilíbrio econômico do contrato.

Diante disso, a quantidade estimada de 1650 consultas/ano está justificada.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART. 18, §1º, INCISO V DA LEI Nº 14.133/2021)

Em pesquisa realizada no mercado, foram identificadas diversos prestadores desse serviço. Da mesma forma, há diversos órgãos públicos que realizam esse tipo de contratação, com especificidades próprias, por exemplo: quantidades, número de usuários, finalidades, etc. Em suma, os serviços de consulta de dados são corriqueiros nas administrações públicas; há empresas para atendimento dessa demanda.

As pesquisas abaixo, contém as estimativas contratadas e valores envolvidos:

- Pesquisa: empresas privadas:

Primeiramente, cumpre destacar que o critério da escolha das empresas para fins de orçamentos, decorreu delas serem renomadas, conhecidas no ramo e estarem no mercado há um bom tempo.

Há diferentes tipos de negócios/planos entre as empresas para o mesmo objeto proposto. Não há uma uniformização de critérios entre as empresas para os valores e propostas comerciais apresentadas. As pesquisas levaram em consideração o estimado de consultas anuais do CREA-RS, de 1650 até 2000.

Diante das diferenças de critérios de cobrança, há pontos em comum entre elas, a citar cobrança por consulta CNPJ e CPF, que estão cotados individualmente.

Em relação as mensalidades, há empresas que cotam pacotes anuais ou mensais. Tem planos que cobram mensalidade mais valores por consulta, separados; também, têm planos com mensalidade e valores de consulta incluso no limite da mensalidade. Para fins de viabilizar um critério de valores no que tange a mensalidade, tendo em vista as particularidades de cada empresa, consideramos a ‘diluição’ em valores mensais de cada plano/proposta apresentada para fins de Proposta Comercial. Com isso, evitaremos eventuais direcionamentos quanto ao critério de escolha da proposta, levando em consideração que o objeto é comum a todas as empresas.

	PROPOSTA 1	PROPOSTA 2	PROPOSTA 3	PROPOSTA 4	PROPOSTA 5	PROPOSTA 6	MÉDIA
mensalidade	R\$ 89,90	R\$ 350,00	R\$ 526,00	R\$ 41,67	R\$ 78,90	R\$ 312,48	R\$ 233,16
CPF	R\$ 3,29	R\$ 1,00	R\$ 0,30	R\$ 0,16	R\$ 7,97	R\$ 1,84	R\$ 2,43
CNPJ	R\$ 3,49	R\$ 1,00	R\$ 0,30	R\$ 0,16	R\$ 7,97	R\$ 1,84	R\$ 2,46

Considerando que a PROPOSTA 5 apresenta valores de consulta dissonantes em relação às demais propostas, o que acarreta distorção na média, onerando o preço final, e que a mensalidade reduzida não compensa o elevado valor das consultas, entendeu-se pela desconsideração da PROPOSTA 5, resultando em alteração na média, que passa a ser adotada por este Conselho, conforme segue:

	PROPOSTA 1	PROPOSTA 2	PROPOSTA 3	PROPOSTA 4	PROPOSTA 6	MÉDIA
mensalidade	R\$ 89,90	R\$ 350,00	R\$ 526,00	R\$ 41,67	R\$ 312,48	R\$ 264,01
CPF	R\$ 3,29	R\$ 1,00	R\$ 0,30	R\$ 0,16	R\$ 1,84	R\$ 1,31
CNPJ	R\$ 3,49	R\$ 1,00	R\$ 0,30	R\$ 0,16	R\$ 1,84	R\$ 1,35

A) DO CRITÉRIO DE MENSURAÇÃO DOS VALORES PARA FINS DE CONTRATAÇÃO:

Será o valor resultante da soma entre: valor de Mensalidade + valor da unidade de consulta PF + valor da unidade de consulta PJ. Este será o preço máximo no processo licitatório.

Igualmente deverá ser respeitado o valor individualizado da mensalidade, consulta PF e consulta PJ como preço limite (teto) para cada um desses itens, na composição do preço pelos licitantes.

Os valores da mensalidade, consulta PF e PJ foram obtidos pela média dos valores elencados na pesquisa de preços, respectivamente, e resultaram em:

- a) Mensalidade: R\$ 264,01
- b) Consulta PF: R\$ 1,31
- c) Consulta PJ: R\$ 1,35

PREÇO MÁXIMO: R\$266,67

- Pesquisa: Contratos de Administrações Públicas:

Corroborando com a explicação acima em relação aos diferentes tipos de propostas comerciais, abaixo está tabela de diversas Instituições públicas onde há critérios de cobrança ou valores diferentes para o mesmo objeto. Essas pesquisas objetivaram demonstrar que há outras instituições públicas realizando esse tipo de contratação (pesquisas de dados de PJ e PF), no entanto, com diferentes critérios em relação aos propostos pelo CREA-RS.

órgão	Prefeitura de Franco da Rocha	Ministério Público de Mato Grosso do Sul	Conselho Regional de Biologia 1ª Região	Conselho Regional de enfermagem - COREN RS
consultas		1.500,000 (um milhão e quinhentos mil)	1550	12.000
valor	R\$ 9.072,00	R\$ 45.000,00	R\$ 31.500,00	R\$ 66.852,00

5.1 – Identificação de soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Contratação de empresa de serviços de acesso à base de dados para localização e identificação de PF e PJ

5.2 – Análise comparativa de soluções

Exemplo 1:

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	x		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			x
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			x

A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			x
A Solução implicará em custos e contratações indiretas pela Administração Pública?	Solução 1	x		
A Solução observa os requisitos de sustentabilidade?	Solução 1			x

Exemplo 2:

Soluções	Vantagens (pontos fortes)	Desvantagens (riscos, limitações, problemas)
Solução 1	empresa de serviço especializado; contrato; segurança jurídica; resultados das pesquisas mais reais/objetivas; baixo custo, considerando o histórico de uso do Conselho	não identificada

5.3 – Registro de soluções consideradas inviáveis

Já mencionadas no item 1.

5.4 – Análise comparativa de custos

Solução Viável 1

Descrição:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS PARA FINS DE CONSULTA A DADOS CADASTRAIS COM INFORMAÇÕES DE CPF E CNPJ, DENTRE OUTROS, PARA O CREA-RS.

Custo Total – Memória de Cálculo

Primeira consideração será a estimativa de consultas para o restante do ano 2024*, considerando o início do contrato para outubro do corrente.

mês	Out	Nov	Dez	média
quantidade consultas	194	144	138	476
PJ	117	92	86	295
PF	77	52	52	181

*Para fins de estimarmos os gastos para o ano corrente (meses de outubro, novembro e dezembro) projeta-se conforme o segundo semestre do ano 2021, ano com maior gasto.

Considerando a média de valores* das consultas e o estimado pelo Conselho de consultas anuais, teremos:

Ano	2024**	1	2	3	4	5	TOTAL
consultas	476	1650	1650	1650	1650	1650	8.726
Valor mensalidade	R\$ 792,03	R\$ 3.168,12	R\$ 3.168,12	R\$ 3.168,12	R\$ 3.168,12	R\$ 3.168,12	R\$ 16.632,63
Valor consulta PF	R\$ 386,45	R\$ 58,95	R\$ 58,95	R\$ 58,95	R\$ 58,95	R\$ 58,95	R\$ 681,20
Valor consulta PJ	R\$ 244,35	R\$ 124,20	R\$ 124,20	R\$ 124,20	R\$ 124,20	R\$ 124,20	R\$ 865,35
TOTAL ANUAL	R\$ 1.422,83	R\$ 3.351,27	R\$ 3.351,27	R\$ 3.351,27	R\$ 3.351,27	R\$ 3.351,27	R\$ 18.179,18

* valores considerados sem as correções pelos índices contratuais.
** valores estimados para o ano corrente (outubro, novembro e dezembro).

5.5 – Escolha da solução

A 'SOLUÇÃO 1' é a escolhida para o atendimento da necessidade em questão, com base nas razões já explicitadas acima. Os valores do serviço a serem considerados para fins de justificar as bases contratuais estão dentro do praticado no mercado, conforme levantamento realizado. Com isso, o problema em se obter dados cadastrais atualizados de PF e PJ será atendido mediante cumprimento dos requisitos da contratação e levando-se em conta aspectos técnicos e econômicos a ela relacionados.

Referência de gastos no ano 2024:

mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	média
gastos mensais	R\$ 360,32	R\$ 411,84	R\$ 461,52	R\$ 444,96	R\$ 351,12	R\$ 430,24	R\$ 474,40	R\$ 443,12	R\$ 422,19
quantidade consultas	26	54	81	72	21	64	88	71	60

Foi utilizada a projeção de gastos de 2021 (ano com maior consumo e gastos), nos meses outubro-novembro e dezembro, para fins de estimar os gastos para o ano corrente, considerando o início do contrato em outubro.

mês	Out	Nov	Dez	média
quantidade consultas	194	144	138	221

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

Há disponibilidade orçamentária anual para a referida demanda, conforme documento (Doc. SEI nº 2336017): R\$ 14.875,99 (quatorze mil oitocentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos). É soma do saldo a ser liquidado mais o saldo da rubrica.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE (ART. 18, §1º, INCISO VI DA LEI Nº 14.133/2021)

Pesquisas de propostas comerciais e a média de valores:

	PROPOSTA 1	PROPOSTA 2	PROPOSTA 3	PROPOSTA 4	PROPOSTA 6	MÉDIA
mensalidade	R\$ 89,90	R\$ 350,00	R\$ 526,00	R\$ 41,67	R\$ 312,48	R\$ 264,01
CPF	R\$ 3,29	R\$ 1,00	R\$ 0,30	R\$ 0,16	R\$ 1,84	R\$ 1,31
CNPJ	R\$ 3,49	R\$ 1,00	R\$ 0,30	R\$ 0,16	R\$ 1,84	R\$ 1,35

PROJEÇÕES DE QUANTITATIVOS* E VALORES PARA A PRÓXIMA CONTRATAÇÃO:**

ano	1	2	3	4	5	TOTAL
Consultas	1650	1650	1650	1650	1650	8.250
Valor mensalidade	R\$ 3.168,12	R\$ 3.168,12	R\$ 3.168,12	R\$ 3.168,12	R\$ 3.168,12	R\$ 15.840,60
Valor consulta PF	R\$ 58,95	R\$ 58,95	R\$ 58,95	R\$ 58,95	R\$ 58,95	R\$ 294,75
Valor consulta PJ	R\$ 124,20	R\$ 124,20	R\$ 124,20	R\$ 124,20	R\$ 124,20	R\$ 621,00
TOTAL ANUAL	R\$ 3.351,27	R\$ 3.351,27	R\$ 3.351,27	R\$ 3.351,27	R\$ 3.351,27	R\$ 16.756,35

*estima-se, para cada ano, a quantidade de 1650 consultas.

** valores, por ano, considerados sem as correções pelos índices contratuais.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART. 18, §1º, INCISO VII DA LEI Nº 14.133/2021)

Considerando a SOLUÇÃO apresentada, as exigências quanto a manutenção seria por responsabilidade do prestador em possuir suporte técnico e resolução em tempo hábil dos problemas e/ou pedidos apresentados.

8 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO VIII DA LEI Nº 14.133/2021)

O objeto a ser contratado não é passível de parcelamento.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART. 18, §1º, INCISO IX DA LEI Nº 14.133/2021)

Os resultados pretendidos estão na obtenção de dados das consultas PF e PJ atualizados, de fácil acesso para os usuários, de forma a atender às demandas do Conselho.

10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART. 18, §1º, INCISO X DA LEI Nº 14.133/2021)

Realizar a demonstração e treinamento para o acesso ao sistema.

Esclarecer dúvidas dos usuários e apresentar um canal de contato para suporte e atendimento.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, §1º, INCISO XI DA LEI Nº 14.133/2021)

Em pesquisa no mercado, foram identificadas contratações correlatas por outras Administrações Públicas, a citar: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL (MP MS) 2336142, PREFEITURA DE FRANCO DA ROCHA 2336171, CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 1ª REGIÃO (CRBio-01)2336162, CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL (COREN-RS) 2336207. Ambos documentos diferem-se em itens como quantitativos e/ou demandas específicas conforme a necessidade de cada ente público, porém, o tipo de serviço guarda a mesma relação que o proposto nesse ETP para o Conselho.

12 – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART. 18, §1º, INCISO XII DA LEI Nº 14.133/2021)

Não se aplica, no momento, considerando que o objeto a ser contratado é acesso, via internet, ao sistema de pesquisa de banco de dados.

13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART. 18, §1º, INCISO XIII DA LEI Nº 14.133/2021)

Analisadas as alternativas para a resolução do problema, o interesse público e institucional do Conselho, a solução do negócio para resolver a questão está na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIDADE DE BANCO DE DADOS PARA FINS DE CONSULTA A DADOS CADASTRAIS COM INFORMAÇÕES DE CPF E CNPJ, DENTRE OUTROS, PARA O CREA-RS**, por intermédio de processo licitatório, Pregão Eletrônico.

Com isso, a solução encontrada nesse ETP – Estudo Técnico Preliminar, está na **CONTRATAÇÃO POR PROCESSO LICITATÓRIO, VIA PREGÃO ELETRÔNICO**, é suficiente para resolver o problema e está viável economicamente, pois encontra-se dentro do orçamento.

14 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

O Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado por

- Setor/Gerência Requisitante
- Superintendência
- Autoridade Competente/Presidência do Conselho.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO LUIS RODRIGUES SAPATA, Chefe de Setor**, em 11/10/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA MARIA BORGES, Chefe de Núcleo**, em 12/10/2024, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DONÁRIO RODRIGUES BRAGA NETO, Gerente**, em 15/10/2024, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 05/11/2024, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **2505958** e o código CRC **9FDD767D**.